



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**198ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL
- CNPS -**

Brasília, 26 de Setembro de 2013

Esplanada dos Ministérios |Bloco F| sala 902| Brasília – DF

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 198ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 26 de Setembro de 2013.

LOCAL: Esplanada dos Ministérios - Ministério da Previdência Social, Bloco F, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo

MPS - Rogério Nagamine

MF – Jeferson Luis Bittencourt

MP - Rodrigo Antunes de Carvalho

IPEA - Marcelo Abi-Ramia Caetano

INSS – Benedito Adalberto Brunca

Representações dos Aposentados e Pensionistas

SINTAPI/CUT – Mário Sérgio Rodrigues da Conceição

SINDAP - Oswaldo Lourenço

Representações dos trabalhadores em atividade

CUT - Valeir Ertle (CUT)

CONTAG – Evandro José Morello

Força Sindical – Antonio Cortez Moraes

SINDNAPI - Paulo José Zanetti

Representação dos empregadores

CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch

CNM – Cristina Aguiar Ferreira

CNT – Nicole Goulart

CNA – Frederico Toledo Melo

Convidados

Josepha Teothônia de Brito – COBAP

Raimundo Eloi de Carvalho - Receita Federal

Filipe Gama – Receita Federal

Flávio Cals Dolabella – MPS

Eli Maria Marques – MPS

Camilla Andrade - MPS

Ana Paula Tomazzetti – CNC

Gilberto Torres Laurindo – UGT

Lucas – Valor Econômico

Janaina Barcelos - CUT

Ausências

- MPS - Garibaldi Alves Filho (Ministro)
- MPS - Leonardo Rolim
- MPS – Carlos Eduardo Gabas
- SPPC - Jaime Mariz de Faria Júnior
- INSS - Lindolfo Neto de Oliveira Sales
- SRFB – Daniel Belmiro
- MF - Adriana Arruda Pessoa Moreira
- UGT – Miguel Salaberry Filho
- COBAP – Moacir Meirelles de Oliveira
- COBAP - Silberto Raimundo da Silva
- COBAP – Luiz Adalberto da Silva
- CNPA- João Junior Onuki Alves
- CONTAG - Jose Wilson de Souza Gonçalves
- CNF - Walter Tadeu Pinto de Faria
- CNC – Laércio José de Oliveira
- DATAPREV - Ubiramar Mendonça

I – ABERTURA

Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Rogério Nagamine (MPS) abriu a 198ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Presidente cumprimentou a todos os presentes. Em seguida, colocou em apreciação o Item “Aprovação da Ata da 197ª Reunião Ordinária do CNPS”, realizada no dia 28 de Agosto de 2013. Dispensada a sua leitura, a Ata foi submetida aos senhores conselheiros, em regime de votação, sendo aprovada por unanimidade dos presentes.

III – ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente deu sequência ao próximo item da pauta, logo, “Orçamento MPS”. O tema em questão foi apresentado pelo Sr. Flávio Cals Dolabella (Coordenador Geral de Orçamento, Finanças e contabilidade do MPS). Ele iniciou a sua apresentação, socializando os conceitos básicos do orçamento, ele é também um instrumento legal contendo receita e estimativa de despesas sendo realizada pelo governo federal em determinado exercício. A estrutura orçamentária está disposta nos artigos 165 e 169 da Constituição Federal. Ele também fez uma retrospectiva da LOA de 2013; os recursos destinados para o Ministério da Previdência Social; foram destinados 362,35 bilhões sendo que esse montante estava distribuído nos três grupos, quais sejam: custeio dos benefícios, despesas obrigatórias e despesas discricionárias. Explicou que a Lei Orçamentária Anual é uma lei ordinária com validade para um exercício fiscal, autoriza a despesa da União de acordo com a previsão de arrecadação; o prazo limite para o envio ao Congresso é até 31 de outubro de cada ano. Ele discorreu sobre todo o percurso que o orçamento faz até chegar ao Ministério da Previdência; sistema que alimenta o custeio de benefícios, a gente alimenta o sistema, encaminha via sistema para o Planejamento; as estruturas orçamentárias; as programações estão organizadas em programas de trabalho que contêm as informações qualitativas e quantitativas, sejam físicas ou financeiras; Inovação nas informações qualitativas; proposta para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social para 2014 e suas respectivas distribuições em valores e percentuais para os diversos segmentos; variação foi proposta pela SOF junto com o INSS;

distribuição em relação à LOA de 2013 e a Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2014; distribuição entre pessoal, investimento e custeio; despesas com pessoal pelo MPS, INSS e PREVIC e incremento na LOA de 2013 para 2014; despesas obrigatórias; distribuição da proposta orçamentária encaminhada para aprovação e sua respectiva repartição; incremento no que se refere ao funcionamento do Conselho de Recursos, à auditoria, à reforma dos Regimes Próprios de Previdência também é uma ação junto ao Banco Interamericano. Além disso, destacou: os programas, a defesa judicial; o Serviço de Processamento de Dados; os contratos com a Dataprev, educação previdenciária e financeira; publicidade e utilidade pública; a gestão de informação corporativa; que também é referente à Dataprev, a gestão de cadastro também DATAPREV; a instalação de unidade de funcionamento do INSS; redução da repartição da DATAPREV. Por fim, ele disse que a DATAPREV sofreu uma redução de repartição, contudo, está sendo feito um exercício para identificar os contratos sobre demanda e por estimativa de forma, a objetivar a verificação de fato do que vai ser executado em 2014. Concluída apresentação, foi aberta a palavra para as considerações do Pleno. Manifestaram-se: Cristina Aguiar Ferreira da Silva (CNM); Benedito Adalberto Brunca (INSS); Evandro José Morello (CONTAG); Valeir Ertle (CUT) e Rafael Ernesto Kieckbush (CNI). Os conselheiros citados pontuaram as seguintes questões: Compensação Previdenciária/COMPREV, que tem um implemento de quase 1 bilhão de reais no projeto para o ano que vem; DATAPREV e o impacto na remodelação de sistemas; reforma e adaptações das agências do INSS e instalações de novas unidades; reabilitação profissional. Os questionamentos foram esclarecidos pelos senhores: Benedito Adalberto Brunca (INSS); Rodrigo Antunes de Carvalho (MP) e Sr. Rogério Nagamine (MPS). Ainda sobre a matéria em questão, o Sr. Rodrigo Antunes de Carvalho (MP) deu um panorama geral de como funciona a lógica da construção do número do PLOA, “o Ministério do Planejamento divulga esse limite inicial no caso da Previdência foi 1.805, isso ocorre para todos os Ministérios, diante desse número os Ministérios analisam, esse ano teve possibilidade de fazer pelo sistema e o mesmo já informa o número que ficou pendente, sendo que esse pendente na União inteira somou 18 bilhões, e a margem que você tem para trabalhar desses 18 milhões é muito pequena, em nível global também a escolha do governo é difícil porque da mesma forma que a previdência tem as suas necessidades outros Ministérios também têm, a Defesa também tem, Agricultura, Meio Ambiente, aí pegamos esses 18 bilhões, destrinchamos nos itens que o compõem e submetemos a instâncias

superiores, a reunião da junta orçamentária que é composta pela Fazenda, Casa Civil e Planejamento, a junta faz uma análise e as outras demais críticas cabem à Presidência, essas decisões vão sendo escalonadas até chegar à Presidência da República”.

Novamente com a palavra, o Sr. Presidente pediu desculpas pelo tema in loco ter vindo para apreciação após o envio do PLOA ao Congresso Nacional, contudo, fica o compromisso que nos próximos, essa discussão ocorrerá antes do envio ao Congresso. Disse ainda, ser solidário as preocupações dos conselheiros em relação ao orçamento da DATAPREV, apesar das explicações dadas, as restrições orçamentárias implicam em escolhas difíceis. Na sequência, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Raimundo Eloi de Carvalho, Coordenador de Previsão e Análise da Receita Federal do Brasil, para apresentação do item de pauta “Renúncias Previdenciárias”, este, após saudar os presentes, apresentou, para conhecimento do Pleno, a incumbência da área por ele coordenada, ou seja, as Receitas Previdenciárias e o cálculo da Renúncia, o custo total dos benefícios de natureza tributária que são concedidos para efeito das várias desonerações, reduções de alíquotas e execuções. Feitas as considerações iniciais, o relator explicou em detalhes: Gastos Tributários, Marco legal e Conceito; Resultados: Evolução, Bases Tributárias; Transparência Fiscal; Renúncias Previdenciárias; Evolução; Função Orçamentária; Desoneração da Folha; Atos Legais; Metodologia; Setores Beneficiados; Impacto Mensal; Quantificação dos Gastos Tributários; Marco Legal de acordo com Constituição Federal, 1988, artigo 165, § 6º; Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 14; Gastos Tributários, Conceito e Objetivo; Resultados, Evolução Global; Bases Tributárias; Transparência fiscal em 2012; Renúncia previdenciária e evolução; Função Orçamentária; Desoneração da Folha de Salários e Atos Legais; Metodologia de Cálculo - Ano 2012 e Setores Beneficiados no período de janeiro de 2012 a maio de 2013. Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para considerações do Pleno. Manifestaram-se: Evandro José Morello (CONTAG); Rafael Ernesto Kieckbush (CNI), Marcelo Abi-Ramia Caetano (IPEA); Cristina Aguiar Ferreira da Silva (CNM); Antonio Cortez Morais (Força Sindical). O debate abordou as seguintes questões: Gastos diretos e gastos tributários; descompasso em relação à exportação; metodologia da desoneração, filantropia e exportação rural e, ainda, as considerações feitas foram esclarecidas pelo relator e pelos senhores Jeferson Luis Bittencourt (Ministério da Fazenda) e Rogério Nagamine (MPS). A seguir, o Sr. Presidente agradeceu ao relator e informou que encaminharia para os conselheiros Portaria conjunta do

Ministério da Previdência, INSS, Secretaria do Tesouro, Secretaria da Receita, a qual regulamenta a compensação da desoneração.

IV - INFORMES

O Sr. Rogério Nagamine (MPS) passou a palavra ao Sr. Evandro José Morello (CONTAG) para que ele apresentasse o informe acerca da 1ª Reunião da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD. O conselheiro Evandro José Morello (CONTAG) fez um breve resgate do diálogo ocorrido entre os dois Conselhos e a representatividade do CNPS na Comissão Nacional de Desenvolvimento no âmbito da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo. A primeira reunião ocorreu no dia 30 de julho e teve como pauta, a discussão sobre o Regimento Interno. Ela é uma comissão que tem a seguinte composição: nove membros do governo, nove da sociedade civil, não tem paridade, inclusive a maior parte dos representantes provém dos Conselhos: Saúde, Assistência Social, Previdência. A princípio ela tem uma projeção de fazer duas reuniões ordinárias anualmente, logo, elas seriam semestrais, teve essa primeira, a outra não tem data marcada ainda. Nessa primeira reunião teve como tema de debate, o conjunto de projeções de estudos que vem sendo discutidos, analisados no Brasil que visa exatamente à primeira Conferência Regional de População em Desenvolvimento, realizada em Montevideu, no Uruguai, nos dias 14 e 15 de agosto de 2013. Ele falou ainda, do documento constante na pasta dos conselheiros, o conteúdo dele diz respeito a uma análise da evolução, de um conjunto de políticas para subsidiar a participação da delegação brasileira no âmbito dessa primeira Conferência Regional em Montevideu. Além disso, ressaltou do e-mail enviado para os conselheiros para que os mesmos enviassem sugestões acerca do documento, visto que, ele aborda oito grandes temas previstos no contexto de um conjunto das políticas no Brasil, quais sejam: Envelhecimento; Proteção Social e Desafios Socioeconômicos; Desigualdade Territorial; Direitos, Necessidades e Demandas de Crianças, Adolescentes e Jovens, isto é, todas as Políticas que estão contextualizadas no âmbito do Governo Brasileiro; a questão dos povos indígenas; a questão das lacunas do acesso universal ao serviço de saúde sexual e reprodutiva, questão de igualdade de gênero, a questão da migração internacional, que é um problema que atualmente o Brasil enfrenta e, por fim, a situação dos afro descendentes olhando os aspectos dos direitos e o combate à discriminação racial. Informou ainda, que assim que agendarem a data da próxima reunião, bem como a pauta,

ele comunicará a este Colegiado e, assim, todos terem conhecimentos das ações propostas por essa Comissão. Sugeriu ainda, que este Conselho convide o Sr. Ricardo Paes de Barros, para fazer uma exposição numa vertente de temas que interessem a este Colegiado.

V – OUTROS ASSUNTOS

O Sr. Presidente definiu junto com os conselheiros a composição de pauta para a próxima reunião deste Conselho, ficando assim definida: i) Aposentadoria da Pessoa com Deficiência, Lei Complementar, pela demanda constitucional 47/2005. A data prevista da 199ª Reunião era o dia 24/10/2013, em virtude de agenda de alguns conselheiros, ela ficou apenas com o indicativo das seguintes datas: 23, 25 ou 31 de Outubro. O Sr. presidente informou que tão logo fosse definida a data, os conselheiros seriam comunicados. Outrossim, o local dessa reunião deve ser na Superintendência do INSS.

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 198ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para constar, eu, Rogério Nagamine (MPS) lavrei a presente ata.

Brasília, 26 de Setembro de 2013.